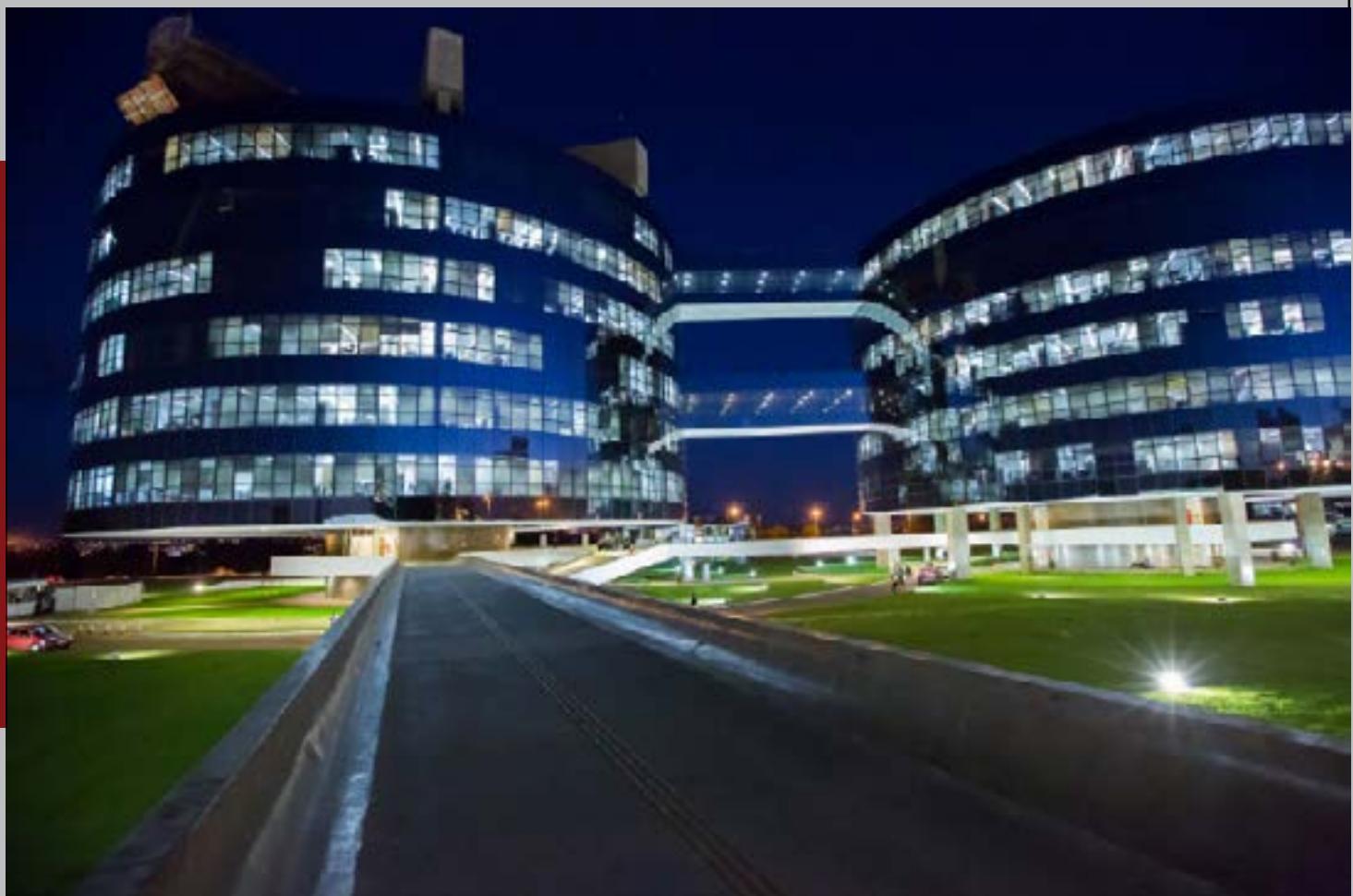


ANO V - 2016
EDIÇÃO nº 89
4 de maio

Boletim

da 2^a CCR



2^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal

MEMBROS TITULARES

José Bonifácio Borges de Andrada (Coordenador)
Raquel Elias Ferreira Dodge
José Adonis Callou de Araújo Sá

MEMBROS SUPLENTES

Brasilino Pereira dos Santos
Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
José Osterno Campos de Araújo

Sessões de Coordenação e Revisão

No dia 2 de maio de 2016, ocorreram a 112^a Sessão de Coordenação e a 644^a Sessão de Revisão. Estiveram presentes o Coordenador, o Subprocurador-Geral da República José Bonifácio Borges de Andrade e a Subprocuradora-Geral Raquel Elias Ferreira Dodge, membro titular. Participaram ainda os membros suplentes, Subprocuradores-Gerais Brasilino Pereira dos Santos e Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho e o Procurador Regional da República José Osterno Campos de Araújo.

2^a Câmara indica membros para compor o Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro e prorroga as inscrições para as vagas remanescentes

O Colegiado da 2^a Câmara, na primeira sessão de maio, ocorrida no dia 2, indicou 6 seis membros para compor o Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro. As inscrições para concorrer às 12 vagas disponíveis se encerrou no dia 29 de abril de 2016, e como não se completou o grupo, deliberou-se pela prorrogação, até o dia 17 de maio de 2016, do prazo para os membros manifestarem interesse nas 6 vagas remanescentes.

Os 6 membros já indicados foram: Gustavo Pessanha Velloso, Uendel Domingues Ugatti, Anamara Osório Silva, Marcelo Ribeiro de Oliveira, Vanessa Cristhina Marconi Zago R. Scarmagnani e Eduardo Ribeiro Gomes El Hage.

O Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro foi criado na 111^a Sessão de Coordenação, de 18 de abril de 2016, com a finalidade de apoiar a atuação do Procurador Natural, quando solicitado e necessário, nos casos envolvendo lavagem de dinheiro e crimes correlatos.

Colegiado aprova orientação referente aos crimes de estelionato na obtenção de seguro desemprego

Na sessão do dia 2 de maio, o Colegiado aprovou, por unanimidade, orientação aos membros a como se proceder nos casos de investigação dos crimes de estelionato na obtenção de seguro desemprego.

Sua edição objetiva melhorar a eficiência da persecução penal, ao replicar técnicas bem-sucedidas de investigação, permitindo a análise direcionada e de maior qualidade das apurações de crimes com maior incidência nos ofícios criminais.

Veja [aqui](#) o teor da orientação.

Entre os julgados da 2ª Câmara na 644ª Sessão de Revisão, merecem destaque os entendimentos abaixo

Crimes de desobediência e de desacato supostamente praticados por civil contra militares da Marinha em atividade subsidiária de patrulhamento naval. Atividade de polícia de trânsito naval. Policiamento civil exercido por militares das Forças Armadas. Atribuição do Ministério Público Federal.

Número: 1.24.000.000228/2015-05

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 3274/2015 e [aqui](#) a íntegra do Voto Vista nº 96/2016

Transação penal recusada pelo acusado em audiência preliminar. Oferecimento da denúncia. Aceitação posterior do benefício. Preclusão.

Número: TRE-SP-PET-0000063-28.2014.6.26.0058

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto 3148/2016

Inquérito policial. Promoção de arquivamento fundada em matéria objeto de Enunciados da 2ª CCR. Decisão monocrática proferida pelo não conhecimento e devolução dos autos para arquivamento direto na origem. Recurso do Procurador Oficial. Manutenção do despacho. Remessa ao Conselho Institucional.

Número: DPF/CZS-00230/2014-INQ

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 2925/2016

Crime de estelionato qualificado, na forma tentada. Clonagem de cheque de correntista da Caixa Econômica Federal - CEF. Atribuição do Ministério Público Federal.

Número: 1.30.005.000079/2016-18

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 3166/2016

Crime de atentado contra a segurança de transporte aéreo (CP, art. 261). Arquivamento fundado na ausência de dolo. Conduta culposa só tipificada pelo Código Penal nos casos em que o sinistro efetivamente ocorre. Insistência no arquivamento.

Número: JF/CE-0002351-89.2015.4.05.8100-INQ

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 3178/2016

Delitos de incitação ao crime e de desobediência atribuídos a integrantes de Conselho Indigenista. Fatos ocorridos durante reintegração de posse de fazenda. Não configuração dos crimes noticiados. Aplicação do Enunciado nº 61 da 2ª CCR. Insistência no arquivamento.

Número: DPF/MS-0215/2013-INQ

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 3149/2016

Crime de tráfico internacional de entorpecentes. Remessa de cocaína ao exterior. Conflito negativo de atribuição. Postagem em Curitiba. Local da consumação. Aplicação do Enunciado nº 56 desta 2ª CCR.

Número: PR/SP-3000.2013.000675-5-INQ

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 3278/2016 e [aqui](#) o Enunciado nº 56 da 2ª CCR

Crime contra os serviços de telecomunicação (Lei nº 9472/97, art. 183). Operar clandestinamente radiofrequência (rádio amador). Evidente ausência de dolo. Comunidade tradicional isolada. Uso da frequência para fins comunitários. Atipicidade penal. Homologação do arquivamento.

Número: SRPF-AP-00194/2015-INQ

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 3307/2016

Crime de falsificação de documento público e uso de documento falso. Apresentação de passaporte adulterado no consulado do Brasil em Boston, por brasileiro. Competência da Justiça Federal da capital do Estado da última residência do investigado (CPP, art. 88, 1ª parte).

Número: SR/DPF/MG-INQ-01802/2013

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 3119/2016